

Todo o País pagará a dívida das estatais

Da dívida externa do País, de US\$ 53.847 milhões no final de 1980, 69,2% eram de responsabilidade de empresas estatais e órgãos da administração direta (US\$ 37.370 milhões); contra o débito de apenas US\$ 16.570 milhões das empresas privadas nacionais e estrangeiras.

As informações, liberadas pelo Banco Central, provocaram a irritação do presidente João Figueiredo, mas, acima de tudo, endossam claramente as opiniões de economistas divergentes da política financeira oficial, como André Franco Montoro Filho (vide matéria sobre "Inflação", nesta edição).

Ao final deste ano, o Brasil deverá algo em torno de US\$ 60 bilhões e apenas o serviço da dívida custará cerca de US\$ 14,7 bilhões. Destaca-se, nas previsões oficiais, que o esperado crescimento da dívida acompanhará o ritmo do exercício passado, cerca de 10%, o que, segundo o documento referente à "Política do Setor Externo", estará "próximo à inflação mundial e possivelmente em nível inferior à taxa de capitalização do sistema financeiro internacional".

O documento, aprovado pelo governo, explica que a política de financiamento do balanço de pagamentos, considerando a necessidade de reduzir o crescimento da dívida externa e de manter reservas internacionais em níveis adequados, manterá, este ano, os estímulos à captação de recursos externos pelo setor privado e o uso intenso de *supplier's credits*, agora reforçados pela implementação da Resolução nº 638 do Banco Central, que torna compulsório o financiamento de grande parcela das importações.

Outros aspectos destacados pela "Política do Setor Externo" são a "continuidade e aprimora-

mento dos mecanismos de refinanciamentos das exportações brasileiras, negociando-se em papéis representativos das exportações financiadas; diversificação de mercados, com destaque para o relacionamento com os países árabes; diversificação de instrumentos (*comercial papers e leasing*) e contínua busca de novas fontes de recursos em sua absorção pelo setor público, de acordo com as prioridades setoriais: agricultura, energia e exportações.

Os resultados esperados no balanço de pagamentos em transações correntes — um déficit entre US\$ 10 e 12 bilhões — indicam a necessidade da captação de recursos externos de US\$ 18 bilhões. O total de US\$ 5 bilhões serão cobertos por investimentos diretos (US\$ 2 bilhões) e importações financiadas (US\$ 3 bilhões) e os outros US\$ 13 bilhões incluem o *roll over* das amortizações da dívida externa, estimadas em US\$ 8 bilhões, mais US\$ 5 bilhões de recursos líquidos adicionais.

Baseado nesses dados o governo projeta que, no final do ano, as exportações brasileiras terão crescido a taxas mais elevadas do que o estoque da dívida e seu serviço, mas uma avaliação do atual ritmo de captação de empréstimos externos indica que o próximo governo terá um perfil da dívida "herdada" ainda mais desfavorável do que o atual governo. Segundo dados do Banco Central, o Brasil acumulou, no final de 1980, o total de US\$ 23,7 bilhões para pagamento entre 1985 e 1990, ou seja, o equivalente a 44,02% do endividamento externo.

Até 1984, o total de pagamentos desta dívida atingirá US\$ 26,3 bilhões, de US\$ 7.660 milhões em 1981 e, em ritmo ligeiramente decrescente, até 5.350 milhões em 1984.

INDICADORES DA DÍVIDA EXTERNA E RESERVAS INTERNACIONAIS - Valores em US\$ Bilhões -

DISCRIMINAÇÃO	1979	1980	1981
Dívida Externa (valor)	49,9	54,4	60,0
Reservas (valor)	9,7	6,9	6,9
Reservas (em meses de importação)	6,4	3,6	3,3
Dívida Líquida (Dívida externa menos Reservas) (valor) ..	40,2	47,5	53,1
Exportações de Mercadorias (valor)	15,2	20,1	26,0
Serviço da dívida (valor)	10,7	12,9	14,7
Dívida Líquida/Exportações	2,64	2,36	2,04
Serviço da dívida/Exportações	0,70	0,64	0,56

FONTE: BANCO CENTRAL